

A influência do cenário pandêmico no reconhecimento das *book-tax differences* em empresas brasileiras

The influence of the pandemic scenario on the recognition of book-tax differences by brazilian companies

Julyanna Thalita de Souza Moreira¹
José Mauro Madeiros Velôso Soares²

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo investigar como o cenário pandêmico influenciou no reconhecimento e apresentação das *Book-Tax Differences* (BTD). Trata-se de um estudo com abordagem de natureza quantitativa, em que foram analisados os dados trimestrais de 326 empresas de capital aberto listadas na Brasil, Bolsa e Balcão (B3), no período de 2018 à 2020. Os resultados alcançados indicam visualmente que ocorreram maiores dispersões nos dois últimos trimestres de cada ano, independentemente de ser o ano pandêmico ou não, obtendo uma BTD com valores mais negativos nesses períodos de diferença entre o resultado contábil e resultado fiscal. Ainda, a mediana dos trimestres mostra que os três primeiros trimestres de 2020 são mais diferentes dos demais, possuindo efeito significativo na BTD. Desta forma, o ano que apresentou uma maior diferença significativa na BTD dos seus trimestres, de acordo com o período do estudo, foi o ano de 2020. Contudo, a análise estatística demonstra que os trimestres de 2020 diferem dos demais anos, demonstrando possível influência da pandemia nos resultados reportados e diferenças maiores entre o fiscal e o contábil.

Palavras-chave: *Book-Tax Differences*. Lucro contábil. Lucro fiscal. Cenário pandêmico.

ABSTRACT

This research aims to investigate how the pandemic scenario influenced the recognition and presentation of Book-Tax Differences (BTD). This is a study with a quantitative approach, in which the quarterly data of 326 publicly traded companies listed on Brasil, Bolsa, Balcão (B3), in the period 2018 to 2020, were analyzed. The results achieved visually indicate that they occurred greater dispersion in the last two quarters of each year, regardless of whether the year is pandemic or not, obtaining a BTD with more negative values in these periods of difference between the accounting result and the fiscal result. Still, the median of quarters shows that the first three quarters of 2020 are more different from the others, having a significant effect on BTD. Thus, the year that showed the greatest significant difference in the BTD of its quarters, according to the study period, was 2020. However, the statistical analysis shows that the 2020 quarters differ from other years, demonstrating a possible influence of the pandemic in reported results and greater differences between fiscal and accounting earnings.

Keywords: *Book-Tax Differences*. Accounting profit. Tax profit. Pandemic scenario.

¹ Graduanda em Ciências Contábeis na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: julyannamoreira@alu.uern.br

² Docente do curso de Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Mestre em Ciências Contábeis. E-mail: josemauro@uern.br

1 INTRODUÇÃO

A legislação tributária possuía efeitos consideravelmente relevantes sobre a contabilidade, na medida em que utilizava de regras de escrituração que indicam a apuração de impostos, bem como a utilização de alternativas nas escolhas contábeis. Contudo, com a publicação das *International Financial Reporting Standards* (IFRS), foi estabelecida uma distinção para o tratamento contábil e fiscal, legitimando assim a convergência internacional contábil, que visa uma melhor qualidade dos resultados divulgados para os investidores e credores.

Com essa distinção surgiu o conceito de *Book-Tax Differences* (BTD), que evidencia as diferenças entre o lucro contábil, resultante da legislação societária, e o lucro fiscal, calculado a partir da legislação tributária (MARTINEZ, 2014). As BTD podem ser classificadas como temporárias, permanentes e variações positivas ou negativas, onde cada uma contribui de forma diferente nas decisões de gestores econômicos em resultados futuros das entidades. As diferenças entre os sistemas jurídicos, a busca pelas informações contábeis, o tratamento de proteção legal para acionistas externos e as diferenças no grau de conformidade financeira e fiscal, podem implicar nas decisões de gestores, assim como nos valores contábeis divulgados pelas organizações (MARQUES; COSTA; SILVA, 2015).

A partir de 2020 o mundo passou a enfrentar uma crise pandêmica com o surto do novo coronavírus (COVID-19), que afetou a população de todas as proporções, e o setor da economia foi uma delas. De grandes empreendimentos que precisaram reduzir suas produções, a pequenos negócios que encerraram suas atividades, os impactos foram demasiadamente grandes, por consequência de medidas necessárias no combate ao vírus (GALVÃO, 2020).

A literatura, por exemplo, Reyes *et al.* (2020), ressalta que existe um conflito entre a economia e a saúde, pois enquanto um defende que os impactos econômicos geram problemas maiores do que a pandemia, em contrapartida, o outro alega ser essencial o isolamento e o distanciamento social a fim de reduzir o contágio e não agravar o sistema de saúde. Além de questões sanitárias, a pandemia da COVID-19 deu início a uma grande crise financeira global. No Brasil, o Produto Interno Bruto (PIB) teve uma diminuição de até 7% (AVELAR *et al.*, 2020), dessa forma investidores e gestores ficaram duvidosos em relação às suas decisões com os resultados, gerando preocupações de como lidar com a pandemia, e de como ela iria afetar os seus negócios.

O combate ao COVID-19 vai além de uma ação sanitária, mas também uma ação econômica. Avelar *et al.* (2020) acrescentam também que as demonstrações financeiras das organizações, apresentam os efeitos da pandemia no empreendimento e as medidas que foram tomadas, onde reflete fatores internos e externos às empresas, tornando-se relevante nas análises econômico-financeiras, assim, consta que resultados financeiros e fiscais também sofreram com esses efeitos.

Visto que essa calamidade da pandemia da COVID-19 afetou diretamente os negócios, e considerando o contexto apresentado anteriormente, o presente estudo tem o propósito de responder o seguinte problema de pesquisa: Qual a influência que o cenário pandêmico gerou no reconhecimento das *Book-Tax Differences*? Dessa forma, o estudo tem como objetivo verificar a influência que o cenário da pandemia teve no reconhecimento das BTD. Especificamente, identifica os efeitos causados pela pandemia da COVID-19 no momento em que as companhias reconhecem e apresentam as suas BTD.

A justificativa deste trabalho se dá pela relevância do tema sobre BTD, abordado em pesquisas anteriores, como para relacionar fatores explicativos (FERREIRA *et al.*, 2012), verificar a presença de conteúdo informacional relacionado aos resultados futuros na informação sobre BTD (MARTINEZ; PASSAMANI, 2014), os aspectos que determinam as BTD (FONSECA; COSTA, 2017), o relacionamento das BTD anormais com a persistência de

resultados (BRUNOZI *et al.*, 2019), assim como o gerenciamento de resultados (MORAIS; MACEDO, 2021). Com o mesmo direcionamento desses contextos, o estudo conta com o diferencial de ser elaborado num período específico em que ocorre uma pandemia.

Essa pesquisa torna-se relevante na medida que irá apresentar um diagnóstico acerca do tema, onde esta informação é útil para a tomada de decisão dos usuários internos e externos das empresas, incluindo entes públicos ao evidenciar diferenças entre tratamento contábil e fiscal, assim como complementar a literatura da área abordada e contribuir para possíveis estudos acadêmicos futuros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 BOOK-TAX DIFFERENCES

Um dos temas relevantes presente na literatura contábil trata-se das *Book-Tax Differences* (BTD), que compreende a divergência entre o lucro contábil e o lucro tributável. Esse termo que foi inicialmente pesquisado nos Estados Unidos e na Europa entre 1990 e 2000 (BRUNOZI *et al.*, 2019), envolve três motivos pelos quais o lucro contábil difere do lucro tributável, que de acordo com Marques, Costa e Silva (2015) é primeiramente as diferenças nos propósitos das duas formas de apuração de resultado, um de acordo com a norma contábil a fim de diminuir a assimetria de informação, enquanto o outro segue os preceitos das normas fiscais, destinado ao cálculo fiscal.

O segundo motivo das BTD se dá em relação ao gerenciamento de resultados, já que a contabilidade societária permite outros critérios para registro, mensuração ou divulgação de um evento econômico de forma objetiva e verificável, e a contabilidade tributária reduz o número de critérios para a mensuração dos resultados tributários, tornando os registros dos eventos econômicos mais objetivos (FONSECA; COSTA, 2017). Por último, o terceiro motivo se entende por gerenciamento tributário, que ocorre quando o lucro reportado às autoridades fiscais é resultante de uma evasão fiscal, onde o lucro tributável é manipulado reduzindo a carga tributária (MARQUES; COSTA; SILVA, 2015).

Quanto às diferenças geradas entre o lucro contábil e o lucro tributável, elas podem ser temporárias ou permanentes. As temporárias ocorrem quando o reconhecimento da receita ou despesa são em momentos distintos entre as normas (FERREIRA *et al.*, 2012), ou seja, o registro contábil num período e o registro fiscal em outro, mas que a longo prazo será reconhecido o mesmo montante. Já as diferenças permanentes as receitas ou despesas são reconhecidas contabilmente, porém não possuem efeitos tributários e vice-versa (FORMIGONI; ANTUNES; PAULO, 2009).

Segundo Martinez e Passamani (2014) e Brunozi *et al.* (2019) as BTD possuem ainda duas perspectivas, as normais que surgem entre o desalinhamento das normas contábeis e fiscais sendo consideradas diferenças não discricionárias, e as anormais que decorrem dos julgamentos dos gestores através do gerenciamento de resultados contábeis e do planejamento fiscal, sendo elas discricionárias. A parte anormal, pode ser tratada como um intermediário para capturar o oportunismo dos gestores relacionado ao resultado do lucro contábil e tributário (MORAIS; MACEDO, 2019). Martinez e Bassetti (2016) acrescentam que as empresas abrangem atividades operacionais e financeiras fundamentalmente diferentes, de acordo com o estágio que se encontra o seu ciclo de vida, e é por causa dessas atividades que os relatórios financeiros e fiscais são impactados de forma desigual.

As diferenças existentes entre o resultado contábil e o resultado tributário afetam a qualidade das informações das demonstrações financeiras, além da sua finalidade para os usuários. Quando a entidade registra um maior gerenciamento de resultado, menor será a qualidade das informações divulgadas nas demonstrações contábeis, isso justifica as BTD

favorecerem as incertezas dos investidores das entidades (MARQUES; COSTA; SILVA, 2015).

2.2 QUALIDADE DOS RESULTADOS

O sistema contábil é responsável por calcular o resultado econômico e financeiro da instituição, onde nos últimos anos, as normas contábeis (GAAP) vem passando por aperfeiçoamentos pela contabilidade para que as informações se tornem mais úteis e fidedignas no processo de decisões dos *stakeholders*, que são as partes interessadas no negócio (FERREIRA *et al.*, 2012). Com isso essas normas podem dar mais flexibilidade ao gestor na avaliação econômica de transações, o que pode resultar em decisões que não apresentem a real situação da empresa, ou que busque retratar verdadeiramente como o evento ocorreu.

De acordo com a literatura, há incentivos dos gestores para que se realizem manipulações dos resultados através das normas contábeis e fiscais, na tentativa de proteger suas posições e benefícios, que acabam afetando as informações divulgadas. Quando os gestores querem distorcer os resultados das organizações, eles utilizam de forma oportunista os padrões contábeis e as normas tributárias para criar as BTD Anormais, ou seja, de forma discricionária (BRUNOZI *et al.*, 2019). Essas práticas de manipulação ocasionam o gerenciamento de resultados e só reforçam a ideia de que elas afetam significativamente a qualidade dos resultados contábeis. Na medida em que um resultado mais gerenciado possa ser interpretado como um resultado com menos qualidade.

De acordo com Piqueras (2010) o gerenciamento de resultado origina-se da oportunidade de escolha nas normas e procedimentos contábeis, da legislação fiscal e de divergências de informação entre os gestores e os demais usuários das informações financeiras. Furtado, Souza e Sarlo (2016) acrescentam que baseado na definição de gerenciamento de resultado, o mesmo ocorre pela escolha de políticas contábeis que é resultado da parcela discricionária dos *accruals* (alteração no lucro ou prejuízo decorrente do regime de competência), e também pelas atividades operacionais, quando incide diretamente no fluxo de caixa da entidade.

No entanto, em concordância com Martinez e Leal (2019), o gerenciamento de resultado não deve ser interpretado como uma fraude contábil, já que os gestores podem escolher o seu tipo de procedimento contábil, embora não reflita a realidade da empresa e sim os resultados que os gestores querem apresentar, porém, sem infringir qualquer regra. O gerenciamento de resultado pode também demonstrar uma perspectiva como informacional, onde o gestor se comunica com o mercado, na busca de melhorias no planejamento do desempenho futuro da organização (PAULO, 2007).

2.3 HISTÓRICO DO SURTO DA PANDEMIA DA COVID-19

No dia 31 de dezembro de 2019 o governo chinês emitiu o primeiro alerta do surgimento de um novo vírus, do Sars-COV-2 conhecido como COVID-19, em decorrência de uma série de casos de pneumonia com origem desconhecida na cidade de Wuhan. Após isso, o vírus só se espalhou de forma avassaladora por todo o mundo. Dentre os sintomas apresentados pelos indivíduos infectados encontra-se: tosse, dificuldade para respirar, dores de garganta, febre, falta de paladar e olfato, além de outros sintomas (GARCIA; BEZERRA, 2020). Os sintomas se assemelham aos de uma simples gripe, com a diferença de que o coronavírus pode levar a um grave estado de insuficiência respiratória ou a até mesmo uma pneumonia fatal, já que a família desses vírus causa infecções respiratórias.

Em 26 de fevereiro de 2020 foi confirmado o primeiro caso da COVID-19 no Brasil, e após mais de 115 países terem casos confirmados da doença, no dia 11 de março de 2020 a

Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou o estado de contaminação que o mundo se encontrava como pandemia, que é considerada quando o estágio de uma infecção microbiana afeta todo o mundo (GALVÃO, 2021). Devido ser um vírus contagioso, a OMS então adotou medidas de prevenção para enfrentar a doença, como isolamento e distanciamento social, visando priorizar a saúde e a vida das pessoas (SILVA, 2020).

Além de questões sanitárias, essa situação foi fundamental para que uma nova crise mundial se iniciasse, e com ela muitas incertezas e desafios. Crises econômico-financeiras mundiais resultantes de pandemias são comuns ao longo da história e de outras que ainda podem ocorrer, um exemplo é esta que o mundo está vivenciando (SILVA, 2020). Por isso, no que se refere à crise econômica consequente da COVID-19, torna-se necessário e relevante que se realize coleta de informações, embasadas na ciência, e divulgação do que está acontecendo, com a intenção de amenizar a desinformação que pode prejudicar ainda mais no momento (GALVÃO, 2021).

A parada econômica causada pela pandemia do coronavírus teve um impacto mundial maior do que a crise econômica de 2008, ou como no Brasil os danos podem se comparar à greve provocada pelos caminhoneiros em 2018, só que mais agravante. Esse quadro desencadeou uma preocupação pertinente ao mercado de capitais e a continuidade das organizações, de como as empresas suportariam a grande paralisação nos seus negócios (SILVA, 2020). Tornou-se necessário um maior relacionamento entre os *stakeholders*, para compreender como as empresas de determinado segmento iriam relacionar-se com eles quanto ao impacto da COVID-19 no decorrer das suas operações, como também, entender quais *stakeholders* seriam mais relevantes para as empresas nesse momento (SANTOS, 2020).

2.3.1 Efeitos da COVID-19 na economia e no mercado de capitais

A pandemia da COVID-19 afetou diretamente a economia do mundo, com a necessidade de isolamento social, a paralisação de cadeias de suprimentos e a menor confiança do consumidor, onde esses eventos afetaram desde empresas globais à praticamente todos os mercados de capitais ao redor do mundo (AVELAR *et al.*, 2020). Lima e Freitas (2020) corroboram afirmando que houve uma piora nas expectativas e o declínio da atividade econômica se deu pela diminuição da demanda, o que resulta numa previsão de impactos negativos nos setores do mercado.

No Brasil mesmo com algumas medidas que foram adotadas pelo governo, a crise financeira e econômica causada pela COVID-19 acarretou uma significativa diminuição nos investimentos na economia brasileira, com o abatimento natural na produção, alta na inflação, queda de geração de empregos, uma projeção de lucros muito abaixo do planejado, e por conseguinte acabou despertando velhas anomalias do país (CARVALHO; CARVALHO, 2020). Esses fatos fizeram com que muitas empresas encerrassem suas atividades. Com base no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), até a primeira quinzena de junho de 2020, por volta de 1,3 milhões de empresas encerraram suas atividades temporariamente ou definitivamente (GARCIA; BEZERRA, 2020).

Segundo Vitória e Meireles (2021) os setores das atividades mais afetadas pela pandemia foram do comércio varejista, de alimentação e do turismo. No mercado de capitais a precificação das informações sobre a pandemia pode ser descrita como a hipótese de mercado eficiente (HME), ou seja, pode-se dizer que o reflexo das informações da pandemia nos preços das ações das empresas, retrata a eficiência de mercado de forma semiforte (AVELAR *et al.*, 2020). Os impactos da pandemia do coronavírus nas operações das empresas são mensurados baseados no comportamento dos preços de suas ações no mercado financeiro e também através das informações contidas nas demonstrações financeiras.

Com isso, em 10 de março de 2020 a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou o ofício nº 02/2020 que tinha como objetivo determinar que as entidades divulgassem os reflexos e impactos econômico-financeiros da pandemia nas demonstrações financeiras (SILVA, 2020). A análise dessas demonstrações financeiras é relevante pois indica uma projeção com efeitos futuros, estudando como as empresas podem manter suas atividades em continuidade mesmo enfrentando risco e problemas como esse (SANTOS; SILVA; SILVA, 2020). Sendo assim, em função da flexibilidade maior nas normas contábeis que nas normas fiscais, esta pesquisa tem como hipótese central que no período pandêmico as empresas brasileiras evidenciam diferenças maiores entre o lucro contábil e o lucro fiscal.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa classifica-se como descritiva e documental, que conforme orientações de Raupp e Beuren (2006) e Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa descritiva tem como objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno, utilizando a técnica de coleta de dados, e a pesquisa documental é o procedimento que utiliza fontes de materiais diversificados e dispersos, sem tratamento analítico. Trata-se de um estudo com relação de tempo longitudinal, na medida que analisou variações de amostra de um período prolongado de tempo, e possui abordagem de natureza quantitativa, pois aplicou técnicas estatísticas, quando se mensura, classifica e analisa os dados em números (DALFOVO; LANA; SILVEIRA, 2008).

Esta pesquisa considerou um universo de todas as sociedades de capital aberto listadas na Brasil, Bolsa e Balcão (B3), exceto as do setor financeiro por possuir características distintas e tratamento tributário diferenciado, e foi composta por uma amostra, no total, de 326 empresas, com os dados coletados para o período de 2018 a 2020. Os dados que foram utilizados para a realização da pesquisa são secundários, sendo: i) ativo total, presente no balanço patrimonial, e ii) despesa com tributo e o lucro tributário que compõem a demonstração do resultado. Os mesmos foram apurados no setor de atuação do site da B3 e por meio da ferramenta Economática®. O BTM foi calculado em relação ao ativo para que empresas maiores não fizessem com que os dados fossem inflacionados na comparação.

Depois que todos os dados foram coletados através das ferramentas *screening* e *matrixx*, foi utilizado o *software* R para organizar os dados como um painel de e dar início à análise dos dados no *software* Stata. A análise consiste na pesquisa descritiva dos dados e as evidências para responder à questão de pesquisa do presente estudo, e foram testadas por meio do *Dunntest*, operacionalizado de acordo com Dino (2015). Em seguida, foi realizado este teste de diferença de proporções para verificar se os reconhecimentos de BTM foram distintos entre a pandemia e períodos anteriores. O teste de diferença de proporções é utilizado para evidenciar diferenças entre os trimestres já que a quantidade total de empresas em cada um dos trimestres varia em função da disponibilidade dos dados, uma vez que o painel de dados não é balanceado.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Inicialmente, é relevante destacar os resultados estatísticos descritivos. No primeiro trimestre do ano de 2018, 251 empresas apresentaram seu BTM em relação ao Ativo, tendo assim uma média de -0.016, com desvio padrão de 0.111, um mínimo de -0.831 e máximo de 0.450. No segundo trimestre do ano de 2018 mantiveram-se o número de 251 empresas com BTM em relação ao Ativo, indicando uma média de -0.041, com desvio padrão de 0.234, um mínimo e um máximo de -2.067 e 0.439, respectivamente. Já no terceiro trimestre do ano de 2018, aumentou apenas uma empresa com BTM em relação ao Ativo, passando assim a ser 252 empresas, onde constou uma média de -0.073, um desvio padrão de 0.447, com um mínimo de -4.308 e máximo de 0.486. No quarto trimestre do ano de 2018, houve um aumento de seis

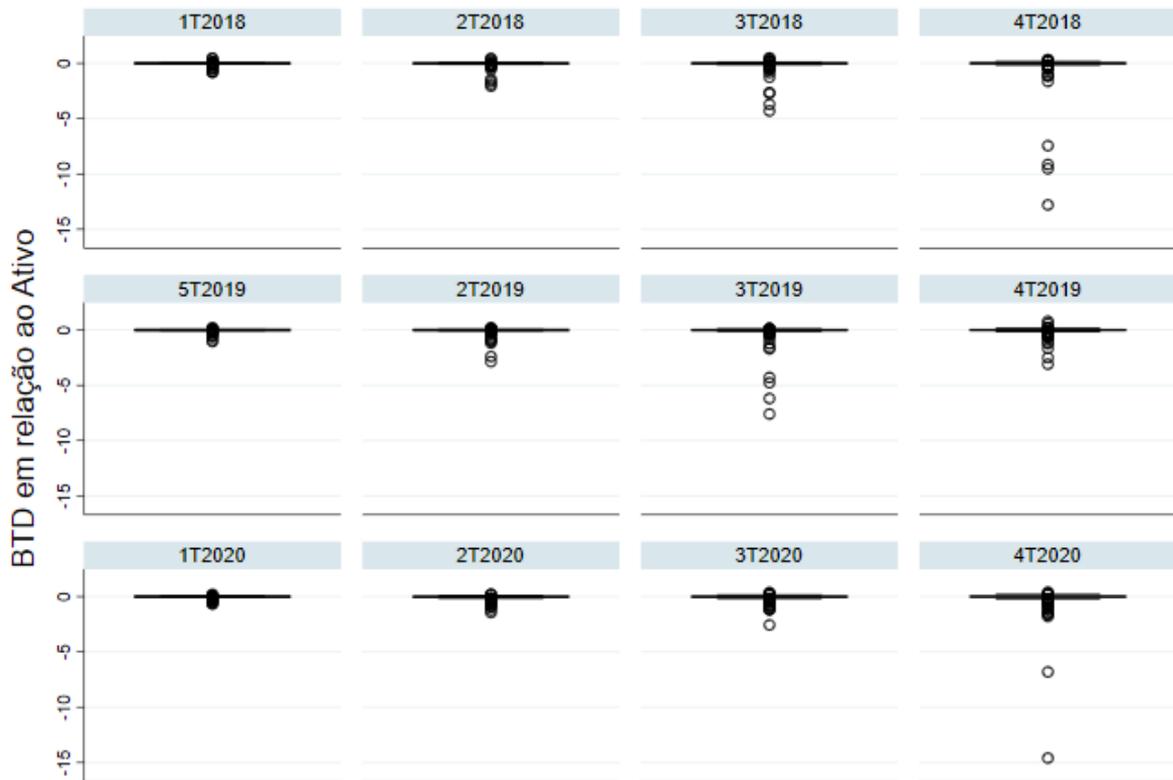
empresas, totalizando 258 empresas que possuíam BTD em relação ao Ativo, revelando uma média de -0.180, também um desvio padrão de 1.240, um mínimo de -12.800 e máximo de 0.331.

No segundo ano da análise, em 2019, no seu primeiro trimestre constava um número de 264 empresas com BTD em relação ao Ativo, que resultou numa média de -0.021, um desvio padrão de 0.109, além de um mínimo de -1.056 e máximo de 0.209. No segundo trimestre houve a diminuição de uma empresa em relação ao trimestre anterior, o que resultou em 263 empresas com BTD em relação ao Ativo, gerando uma média de -0.051, um desvio padrão de 0.271, com um mínimo de -2.865 e máximo de 0.208. Logo após, no terceiro trimestre, foi mantido o total de empresas com BTD em relação ao Ativo, ou seja, 263 empresas, este trazendo uma média de -0.122 e desvio padrão de 0.738, tendo ainda um mínimo de -7.600 e máximo de 0.124. No último trimestre já houve um aumento considerável de empresas observadas, totalizando 291 empresas, onde obteve-se uma média de -0.050, um desvio padrão de 0.302, um mínimo de -3.094 com um máximo de 0.788.

No ano de 2020, o seu primeiro trimestre notificou que 297 empresas apresentaram o BTD em relação ao Ativo, o qual calculou-se uma média de -0.026, um desvio padrão de 0.088, um mínimo de -0.664 e máximo de 0.195. No segundo trimestre foram 298 empresas que tiveram o BTD em relação ao Ativo, já que houve o aumento de apenas uma empresa. Sendo assim, a média desse trimestre foi de -0.048, com um desvio padrão de 0.166, um mínimo de -1.446 e máximo de 0.214. No terceiro trimestre ocorreu mais um aumento que totalizou 306 empresas, resultando numa média de -0.051, um desvio padrão de 0.224, com um mínimo de -2.561 e também um máximo de 0.370. No quarto trimestre desse último ano de análise, aumentaram mais quatro empresas, concluindo com 310 empresas com BTD Ativo, o qual obteve-se uma média de -0.116, um desvio padrão de 0.942, o maior valor de mínimo de -14.599, e um máximo de 0.405.

Pode-se observar que o número de empresas analisadas vai aumentando com o passar dos trimestres, isso quando não mantém o seu total. Apenas com essa análise não é possível diferenciar exatamente um trimestre do outro, já que todas as médias estão próximas a zero. Assim, foi necessário agrupar as evidências para se ter um resultado mais robusto através de um gráfico *boxplot*, como são apresentados no Gráfico 1.

Gráfico 1 - BTB em relação ao ativo por trimestre



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Realizado a análise gráfica é possível identificar variações em todos os trimestres, porém com dispersões maiores nos terceiros e quartos trimestres, concordando com os desvios maiores anteriormente apresentados, porém as médias e limites superiores aparentam razoável semelhança tanto no ano de 2018, como também nos anos de 2019 e 2020. Encontraram-se BTB proporcionalmente altas e BTB que estão bastante próximas da média, da mediana e dos limites superiores, destacando que a maioria das observações são em relação à valores negativos. Essas diferenças negativas da BTB trata-se da diferença entre o lucro contábil e o lucro fiscal, reforçando o predisposto na literatura por Marques, Costa e Silva (2015), onde essas diferenças aparecem com maior significância no quarto trimestre de cada ano. Porém, os resultados deste estudo sugerem que também há dispersão relativamente alta em trimestres intermediários, mais especificamente no terceiro trimestre.

Seguindo a análise descritiva, e reforçando os seus resultados obtidos, foi representado um estudo com a mediana da BTB em relação ao ativo de cada um dos trimestres no Gráfico 2, onde as amostras de cada trimestre são subdivididas em duas partes iguais. Esta evidência demonstra visualmente cada um dos trimestres, uma vez que pelas dispersões o *boxplot* é, aparentemente, pouco informativo para alguma inferência mais enfática.

1t2019	0.722 (0.235)	0.881 (0.189)	1.874 (0.030)	3.515 (0.000)							
2t2019	0.197 (0.422)	0.356 (0.361)	1.347 (0.089)	2.984 (0.001)	-0.531 (0.298)						
3t2019	-0.508 (0.306)	-0.349 (0.364)	0.642 (0.261)	2.274 (0.012)	-1.245 (0.107)	-0.713 (0.238)					
4t2019	-1.882 (0.030)	-1.719 (0.043)	-0.706 (0.240)	0.959 (0.169)	-2.656 (0.004)	-2.109 (0.018)	-1.362 (0.087)				
1t2020	1.743 (0.041)	1.907 (0.028)	2.928 (0.002)	4.624 (0.000)	1.014 (0.155)	(1.560) (0.059)	2.017 (0.022)	3.475 (0.000)			
2t2020	2.149 (0.016)	2.313 (0.010)	3.336 (0.000)	5.035 (0.000)	1.425 (0.077)	1.971 (0.024)	2.491 (0.006)	3.963 (0.000)	0.487 (0.313)		
3t2020	0.619 (0.268)	0.784 (0.217)	1.812 (0.035)	3.512 (0.000)	-0.130 (0.448)	0.421 (0.337)	1.072 (0.142)	2.516 (0.006)	-0.990 (0.161)	-1.482 (0.069)	
4t2020	-1.494 (0.068)	-1.329 (0.092)	-0.301 (0.382)	1.391 (0.082)	-2.275 (0.011)	-1.721 (0.043)	-0.954 (0.170)	0.440 (0.330)	-3.088 (0.001)	-3.584 (0.000)	-2.111 (0.017)

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Nota: O p-valor do teste Dunn é apresentado entre parênteses. Valores maiores que 0.10 indicam não haver diferença significativa entre os grupos comparados. Valores iguais ou menores que 0.10 e maiores que 0.05 indicam haver diferença estatisticamente significativa entre os grupos ao nível de 90% de significância. Valores iguais ou menores que 0.05 indicam haver diferença estatisticamente significativa ao nível de 95%. E, por fim, valores iguais ou menores que 0.001 indicam diferença ao nível de 99%.

Destacando o ano de 2020, onde já se tinha a declaração de pandemia, foi constatado que o seu primeiro trimestre era estatisticamente diferente de todos os trimestres, exceto do primeiro trimestre do ano de 2019. Já o segundo trimestre de 2020 foi estatisticamente diferente de todos os trimestres com exceção do primeiro trimestre do mesmo ano. No terceiro trimestre de 2020 ele foi igual a praticamente todos os outros trimestres, exceto do terceiro e quarto trimestre de 2018, do quarto trimestre de 2019 e do segundo trimestre de 2020. No último trimestre de 2020 ele foi diferente na maioria dos trimestres, e comparando com os outros trimestres de 2020, já que foi o ano enfatizado, foi diferente de todos.

Posto isto, é observado que 2020 foi o ano que apresentou maior diferença significativa, quando comparado com 2018 e 2019, já que os seus valores totalizaram níveis de 95% e 99% no teste Dunn. Sendo assim, este resultado vai ao encontro do que a literatura sobre o desenvolvimento da pandemia retratou, mais especificamente sobre a hipótese central construída de que em função das diferenças entre lucro contábil e lucro fiscal, e maior maleabilidade nos lucros e normas contábeis que fiscais, no período pandêmico seriam encontradas mais diferenças, ou diferenças relativamente maiores (BTD em relação ao Ativo) nas empresas brasileiras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no que foi apresentado, desde o conceito de BTD e suas classificações, ao problema de saúde enfrentado mundialmente, esta pesquisa buscou analisar como o cenário pandêmico de 2020 influenciou no reconhecimento e apresentação das *Book-Tax Differences* do total das 326 companhias de capital aberto encontradas na B3, sendo o período utilizado do ano de 2018 ao ano de 2020. Bem como objetivo específico, os efeitos que a pandemia da COVID-19 causou no reconhecimento e apresentação das BTD dessas companhias. Esses resultados corroboram com os estudos de Brunozi et al. (2019) e Silva (2020), uma vez que analisa os resultados divulgados pelas empresas de capitais abertos num período de pandemia.

Diante dessa proposição, os resultados obtidos apontam primeiramente que, há uma concentração maior do número de empresas que apresentam seu BTD em relação ao Ativo no último trimestre de cada ano analisado, e após os cálculos, indicam que todas as médias estão próximas a zero. Assim, houve variações em todos os trimestres, destacando o terceiro e quarto

trimestre que tiverem maiores dispersões. Com BTD mais elevada, as observações foram relacionadas a valores negativos, com diferenças significantes no quarto trimestre de cada ano. De acordo com a mediana dos trimestres, os três primeiros trimestres do ano de 2020 reconhecem que são proporcionalmente mais diferentes que dos demais, ou seja, possuem efeito significativo na BTD, apesar de que o último trimestre de 2020 não evidenciou impacto causado pela COVID-19 em relação ao BTD, dando uma possível indicação de maiores diferenças em relação ao agravamento da doença, bem como ao tempo que as empresas tiveram para tomar atitudes em relação ao impacto da pandemia nos negócios.

Em virtude dos fatos apresentados, conclui-se, portanto, que os valores alcançados das BTD das companhias são de sua maioria negativos, indicando que o ano de 2020 foi o ano com maior diferença significativa, entre o período da pesquisa. Portanto, o cenário pandêmico influenciou negativamente o reconhecimento e a apresentação das *Book-Tax Differences*, isso ocorreu, pois as diversas áreas da economia e sociedade foram afetadas pelo impacto da pandemia da COVID-19.

Essa pesquisa contribui para conhecimentos da área do estudo, onde explorou a utilização das BTD em companhias abertas da B3, dos seus conceitos e suas práticas, assim como contribui na elaboração de pesquisas futuras. Possui benefícios direcionado para profissionais e estudantes da área contábil, além de usuários externos e internos das empresas, já que transparece como uma situação afeta as divulgações das demonstrações financeiras. Como limitação tem-se principalmente a ausência de informações em outros estudos nacionais similares, e como sugestão para futuras pesquisas, realizar a análise em outros cenários com um maior período de tempo.

REFERÊNCIAS

AVELAR, E. A. Efeitos da pandemia de covid-19 sobre a sustentabilidade econômico-financeira de empresas brasileiras. **Gestão Organizacional**, v. 14, n. 1, p. 131-152, jan./abr. 2021.

BRUNOZI, A. C. *et al.* Book-Tax-Differences anormais e persistência dos resultados contábeis e tributários em empresas de capital aberto listadas no Brasil. **Universo Contábil**, v. 15, n. 1, p. 07-26, jan./mar. 2019.

CARVALHO, A. C.; CARVALHO, D. F. Consequências do novo coronavírus na economia do Brasil: perspectiva de compreensão econômica e estatística do problema. **Papers do NAEA**, v. 29, n. 1, p. 102-119, 2020.

DALFOVO, M. S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Interdisciplinar Científica Aplicada**, v. 2, n. 4, p. 0-13, 2008.

FERREIRA, F. R. *et al.* Book-tax differences e gerenciamento de resultados no mercado de ações do Brasil. **Administração de Empresas**, v. 52, n. 5, p. 488-501, set./out. 2012.

FONSECA, K. B. C.; COSTA, P. de S. Fatores determinantes das book-tax differences. **Contabilidade e Organizações**, v. 11, n. 29, p. 17-29, jan./abr. 2017.

FORMIGONI, H.; ANTUNES, M. T. P.; PAULO, E. Diferença entre o lucro contábil e lucro tributável: uma análise sobre o gerenciamento de resultados contábeis e gerenciamento tributário nas companhias abertas brasileiras. **Brazilian Business Review**, v. 6, n. 1, p. 44-61, jan./abr. 2009.

FURTADO, L. L.; SOUZA, J. A. S. de; SARLO, A. Gerenciamento de resultados contábeis à luz das diferenças entre o lucro contábil e tributário (book-tax differences): uma análise de dados em painel balanceado. **Ambiente Contábil**, v. 8, n. 1, p. 115-132, jan./jun. 2016.

GALVÃO, N. M. dos S. Covid-19 e comportamento empresarial: um estudo à luz da teoria dos stakeholders no setor da moda no Brasil. **Gestão Organizacional**, v. 14, n. 1, p. 192-211, jan./abr. 2021.

GARCIA, R. M.; BEZERRA, D. O. A importância da contabilidade gerencial para pequenas e médias empresas em meio a pandemia do covid-19. **Campo do Saber**, v. 6, n. 2, p. 96-111, jul./dez. 2020.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em:
<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/213838/000728731.pdf?sequence=1>. Acesso em: 17 maio 2021.

MARQUES, A. V. C.; COSTA, P. de S.; SILVA, P. R. Relevância do conteúdo informacional das book-tax differences para previsão de resultados futuros: evidências de Países-Membros da América Latina. **Contabilidade e Finanças**, v. 27, n. 70, p. 29-42, jan./fev./mar./abr. 2016.

MARTINEZ, A. L.; BASSETTI, M. Ciclo de vida das empresas, book-tax differences e a persistência nos lucros. **Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 10, n. 2, p. 148-162, abr./jun. 2016.

MARTINEZ, A. L.; LEAL, L. V. Conformidade contábil-fiscal e gerenciamento de resultados contábeis no Brasil. **Administração, Contabilidade e Economia**, v. 18, n. 1, p. 9-30, jan./abr. 2019.

MARTINEZ, A. L.; PASSAMANI, R. R. Book-tax differences e sua relevância informacional no mercado de capitais no Brasil. **Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 4, n. 2, p. 20-37, maio./ago. 2014.

MORAIS, H. C. B.; MACEDO, M. A. da S. Relação entre gerenciamento de resultado e abnormal book-tax differences no Brasil. **Contabilidade e Finanças**, v. 32, n. 85, p. 46-64, jan./abr. 2021.

PAULO, E. **Manipulação das informações contábeis: uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados**. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis), Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 260. 2007.

PIQUERAS, T. M. **Relação das diferenças entre o lucro contábil e o lucro tributável (book-tax differences) e gerenciamento de resultados no Brasil**. Dissertação (Pós-graduação em Controladoria), Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 66. 2010.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

REYES, E. *et al.* Conflito entre economia e saúde? O caso da covid-19 no Brasil. **Gestão Organizacional**, v. 14, n. 1, p. 378-389, jan./abr. 2021.

SANTOS, M. I. da C.; SILVA, F. J. da; SILVA, M. do R da. Efeitos da COVID-19 nos trabalhos dos contadores e auditores. *In: USP INTERNATIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING*, 20., 2020, São Paulo. **Anais..** São Paulo: USP, 2020. p. 1-5.

SILVA, P. H. S. da. **Impacto da pandemia da COVID-19 na continuidade operacional das companhias listadas na B3**. Dissertação (Mestrado em Gestão para a Competitividade), Fundação Getulio Vargas. São Paulo, p. 62. 2020.

VITÓRIA, M. de F. C.; MEIRELES, E. O microempreendedor em tempos de pandemia: uma análise do impacto econômico em cenário de crise. **Brazilian Applied Science Review**, v. 5, n. 1, p. 313-327, jan. 2021.